

INTERVENÇÃO DE TRIBUNA

ORIENTAÇÕES MÉDIO PRAZO 2013-2016

PLANO REGIONAL ANUAL 2013

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural – Programa 2

Pescas e Aquicultura – Programa 3

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

X Legislatura

Horta, 19 a 21 de Março de 2013

Deputado: Duarte Moreira

“POR UM SECTOR PRIMÁRIO COMPETITIVO E SUSTENTÁVEL”

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhora e Senhores Membros do Governo

Ao se discutir neste hemiciclo as orientações a médio prazo, 2013-2016, bem como o primeiro Plano Regional Anual da X legislatura, as minhas primeiras palavras são dirigidas a todos aqueles que fazem da atividade agrícola, pecuária e das pescas, o seu modo de vida e que, com o seu trabalho, ajudam a criar riqueza e a contribuir de forma significativa para o desenvolvimento e coesão regional, muitas vezes sob condições adversas, como se tem verificado nas últimas semanas.

A apresentação das Orientações de Médio Prazo e do Plano Regional Anual 2013, surge numa fase de enorme contração económica, de redução drástica da procura interna, ao que se junta

agora, também, a diminuição da procura externa, como demonstra o abrandamento das exportações portuguesas, aliada a uma espiral de desemprego e de redução de rendimento real das famílias, fruto das políticas do Governo da República do PSD-CDS/PP.

Este é também o último ano de aplicação do atual quadro comunitário de apoio, que vigorou entre 2007-2013, relevando para o caso os programas “POSEI” relativo às ajudas diretas aos agricultores e o “PRORURAL” – Programa de desenvolvimento rural, ambos para a agricultura e o “PROPESCAS” – programa de apoio ao investimento no âmbito do fundo europeu de pescas.

Estes são aspetos que não podem deixar de ser tido em conta na apresentação e discussão da proposta de Plano de Investimento aqui em apreciação, no âmbito da nova Secretaria Regional dos Recursos Naturais, concretamente os programas 2- Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, com uma dotação total de investimento de 124.511.390 € e o programa 3- Pescas e Aquicultura, com a dotação total de investimento de 33.017.445 €.

Relativamente à Agricultura, um dos principais pilares da economia regional e de estabilidade social, sendo um sector chave da economia açoriana e o seu principal sector exportador, fruto dos investimentos realizados ao longo dos últimos anos, o mesmo conheceu um grande desenvolvimento quer ao nível das infraestruturas, na reestruturação agrícola, na modernização e diversificação das explorações e indústrias e no aumento do nível de formação e conhecimentos dos agricultores, o que aliado a um bom programa de ajudas diretas às produções locais, através do

POSEI, teve um importante impacto, em particular nas fileiras do leite e da carne, mas também nos designados sectores da diversificação, cujos números não deixam dúvidas da sua evolução, como se pode constatar nos resultados do recenseamento geral da agricultura de 2009, e der indicadores regionais, destacando:

- a percentagem de produtores com menos de 45 anos de 25%, em contraponto com o Continente com apenas 9%.
- O valor da produção padrão por unidade de trabalho ano de 30,4 mil euros, em contraponto com os 12,3 mil euros no Continente.
- O aumento, em 172% na produção de iogurte;
- O aumento de 96,6% na produção de queijo;
- O aumento em 204% nos Kgs de carne de bovino abatido e aprovado para consumo, ou
- O aumento da área dedicada a hortofrutícolas e florícolas, de 35% desde 2008.

Não obstante, as orientações a médio prazo, 2013-2016, têm como principal objetivo, aumentar o rendimento da produção regional, através do incremento das exportações e da contribuição que o sector pode dar para a contínua redução das importações.

Há que continuar a trilhar este caminho, há que continuar a investir em infraestruturas de ordenamento agrário, na modernização das fileiras regionais, no aumento de competências, na investigação e desenvolvimento, investindo-se também na redução dos custos de

produção e na diminuição da dependência do exterior, bem como no trabalho junto dos mercados, através de ações de promoção e fomento ao consumo de produtos da marca “Açores”, medida que consta da Agenda Para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial.

Na proposta de Plano 2013, destaca-se, pela sua importância estratégica, a conclusão do laboratório regional de veterinária, infraestrutura fundamental na alavancagem da qualidade e diversificação dos produtos locais, potenciando a fidelização junto dos consumidores; a construção dos parques de exposições da Terceira e São Miguel; e, os investimento nos matadouros do Pico e o novo matadouro de São Jorge bem como o apoio à indústria agroalimentar e florestal.

As medidas previstas na “Agenda Açoriana Para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial” com aplicação na agricultura, entre outras, a já referida criação da “Marca Açores”; o fomento das exportações; a redução dos custos de transporte aéreo; o projeto “Terra Açores”; o programa de estágios profissionais; o programa para potenciar o sector Vitivinícola; e o programa para rentabilizar a Fileira da Madeira, constituem contributos importantes para a criação de riqueza e de emprego, num sector que tem mantido e até aumentado os seus postos de trabalho.

A Região Autónoma dos Açores, pelo seu posicionamento geográfico, apresenta um carácter singular no contexto nacional e europeu, sendo o seu desenvolvimento económico e social

fortemente condicionado pela insularidade e afastamento, bem como pela dispersão do seu território, sendo uma da RUP da Europa, estatuto consagrado no artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

As especificidades das ilhas, representam oportunidades para a produção regional diferenciada e as suas características edafoclimáticas dão aos Açores condições favoráveis para a produção pecuária e agrícola, que continuarão a ser potenciadas.

É pois fundamental, numa fase em que o Parlamento Europeu aprovou um conjunto de alterações às propostas de reforma da política agrícola comum (PAC), continuar a apoiar, no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, a modernização e o rendimento dos agricultores dos Açores, em particular quando o mesmo PE votou pelo fim do regime de quotas leiteiras, contrariando os estudos que apontam para a importância da manutenção deste regime, como tem sido defendido pelo PS e diga-se por esta Assembleia e pelo Governo dos Açores.

Este é, provavelmente, o maior desafio da agricultura Açoriana. Ultrapassar com sucesso o impacto que o fim do Regime de quotas leiteiras poderá ter na produção Regional.

A Agricultura dos Açores irá continuar a ser vista numa ótica de desenvolvimento sustentável, de aumento da produtividade sem afetar a capacidade de uso dos solos e da água, produzir alimentos sãos, seguros e de qualidade, de valorização das produções diferenciadas, geradora de rendimento suficiente à subsistência das

explorações, de preservação da biodiversidade, melhoradora da qualidade de vida em meio rural e de reforço da economia regional.

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Senhor Presidente do Governo,

Senhoras e Senhores Membros do Governo

A pesca constitui outro pilar fundamental da economia regional e uma das principais fontes de exploração do mar, representando 3,6% do PIB, empregando cerca de 5% da população ativa, tendo o valor do pescado descarregado em lota ultrapassado os 36,7 milhões de euros no ano de 2012.

Os investimentos verificados nos últimos anos, quer através do PROPESCAS, em que foram executados mais de 18,8 milhões de euros, muito em particular em novos portos de pesca e condições de armazenamento e conservação do pescado, bem como o investimento, através do Orçamento da Região, em novas embarcações, mais modernas, mais seguras, com melhores condições de habitabilidade e com maior autonomia, num investimento superior a 21,4 milhões de euros desde 1996, devem dar lugar a uma nova fase de investimento público, muito em particular na valorização do pescado, numa melhor proteção da área marinha à volta dos Açores, no âmbito da política comum das pescas, reservando-a para a frota da Região, pescando-se de forma mais organizada e mais sustentável, evitando-se a sobre-exploração dos recursos.

Reveste-se também como fundamental o reforço das parcerias ao nível da investigação científica e no conhecimento, de forma a apoiar a decisão e a fundamentar novas políticas para o setor, nomeadamente as ligadas à proteção e gestão dos recursos.

Como ideias fortes para os próximos anos no sector das pescas, sublinho:

- A manutenção dos apoios à investigação pesqueira no Mar dos Açores;
- A manutenção dos apoios aos armadores da frota regional de pesca;
- A manutenção dos apoios às Associações do sector no âmbito dos bons serviços prestados;
- A manutenção dos mecanismos de apoio aos pescadores, como compensação por períodos de mau tempo (FUNDOPESCAS);
- A implementação segura e decisiva na aquicultura, de forma a diminuir a diferença relativa da produção de pescado por esta via, relativamente ao verificado internacionalmente, contribuindo-se para o “alívio” dos bancos de pesca;
- A implementação da “Marca Açores” ao pescado e produtos da pesca, imprimindo a esta atividade uma imagem amiga do ambiente.

No que ao Plano de investimentos para 2013 diz respeito, é de realçar o reforço em 14% no Plano (ORAA) e de 8% do total da Região, comparativamente ao ano de 2012, destacando-se as

infraestruturas portuárias, entre elas os investimentos previstos para o porto de pesca de Rabo de Peixe, com uma dotação superior a 9 milhões de euros.

Esta obra, que dará melhores condições de segurança aos profissionais da pesca daquela comunidade e da costa norte de S. Miguel, e a par do compromisso de legislatura para a requalificação do cais da casa, na ilha do Corvo, fechará um ciclo de investimento em infraestruturas portuárias de grande qualidade e segurança.

Com isso, todas as ilhas da Região Autónoma dos Açores estarão dotadas de excelentes condições para o exercício das diversas profissões existentes nesta fileira, desde a captura até à comercialização, valorizando, por esta via, este produto que, como se sabe, é muito sensível.

Hoje, este sector encontra-se melhor preparado para enfrentar os novos desafios que se adivinham.

O caminho feito até aqui, com o investimento em portos, estruturas de apoio em terra, renovação da frota e formação, proporcionarão aos profissionais, exercer a pesca mais longe e mais fundo, porque, não temos dúvidas, o futuro passará mais pela valorização dos produtos da pesca e pela diversificação das pescarias, do que pelo aumento do esforço de pesca ou pela sobre-exploração de espécies demersais.

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhoras e Senhores Membros do Governo

As dificuldades, que não escondemos, e os desafios que temos pela frente, apelam ao nosso melhor esforço, ao nosso empenho e capacidade de inovação, mas acreditamos num sector agrícola e num sector das pescas com viabilidade económica e social, com crescente eficiência na utilização dos recursos, norteado por princípios da sustentabilidade.

Acreditamos nos seus profissionais, cada vez mais preparados, desde a produção até à distribuição passando pela transformação, como se aponta nas orientações a médio prazo, podendo os agricultores, os pescadores e restantes operadores das fileiras produtivas regionais, continuar a contar com o apoio e o trabalho do PS-Açores, deste grupo parlamentar e do Governo dos Açores.

Disse!

Sala das sessões, 21 de Março de 2013

O Deputado Regional

Duarte Moreira